



Aos 2 de Outubro de 2024, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a septuagésima oitava reunião Ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem icumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação.

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.

A reunião teve início às 9:30, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

A) Período antes da ordem do dia

Sem assuntos

B) Balancete de tesouraria

Balancete de Tesouraria ao dia 01-10-2024

C) Ordem do dia

Fábio Damásio. Processo 2849/2024. Pagamento de dívida em prestações

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita o Sr. Fábio José Rosa Damásio, que lhe seja permitido o pagamento fracionado da dívida referente ao consumo de água sito na rua da Fé n.º 23 A, em Faro do Alentejo, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal no valor de € 406,38, em 10



prestações. Nove prestações terão o valor de € 40,63 sendo a última de € 42,88, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Antónia Baltazar. Processo 2854/2024. Pagamento de dívida em prestações	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita a Sra. Antónia Rosa Parreira Serrano Baltazar, que lhe seja permitido o pagamento fraccionado da dívida referente ao consumo de água sito na rua de Évora n.º 8, em Cuba, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal no valor de € 178,97, em 2 prestações mensais de € 89,49 sendo a última de € 89,25, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não



devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Anca Lacatus. Processo 2856/2024. Pagamento de dívida em prestações	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita a Sra. Anca Adriana Lacatus, que lhe seja permitido o pagamento fraccionado da dívida referente ao consumo de água sito na rua da Esperança n.º 26, em Cuba, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal no valor de € 60,48, em 3 prestações mensais de € 20,16 sendo a última de € 20,52, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

Resolução:



A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Maria Cardeira. Processo 2986/2024. Pagamento de dívida em prestações	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita a Sr.ª Maria da Conceição Cláudia Ximenes Cardeira na qualidade titular do contrato de água, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia, proveniente de consumo de água, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de € 25,00, conforme simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Helena Teixeira. Processo 3017/2024. Pagamento de dívida em prestações	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:



Solicita a Sr.^a Helena Isabel Vicente da Silva Teixeira, na qualidade de titular do contrato de água na Rua da República, 27, em Cuba, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais, conforme simulação anexa, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Florinda Ildefonso. Processo 2963/2024. Pedido de anulação de faturas	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Requer que a notificação recebida referente a Dívida - cobrança coerciva de dívida de natureza fiscal e outras, seja dada sem efeito, uma vez que como é do conhecimento da Câmara Municipal desde Dezembro de 2020 que o estabelecimento se encontra encerrado definitivamente.

Da mesma forma pretende a anulação das faturas emitidas referentes aos meses de abril, maio e junho de 2021.

Resolução:



A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente uma vez que o estabelecimento esteve encerrado

Alina Dinu. Processo 2983/2024. Pedido de arrendamento de loja no Mercado Municipal.

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita a Sr.^a Alina Dinu o arrendamento do espaço do mercado municipal onde funcionava a Padaria para instalação de uma pequena mercearia.

De acordo com o Regulamento do Mercado Municipal, na SECÇÃO II REGRAS DE OCUPAÇÃO DOS LUGARES, designadamente o disposto no n.º 1 do art.º 9.º “*Compete à Câmara Municipal decidir sobre a ocupação das bancas e lojas do mercado.*”

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou deferir o pedido atendendo a que o espaço se encontra vago.

Portugal Classic Association. Processo 3011/2024. Autorização especial para eventos. Prova Desportiva

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Relativamente ao pedido que nos é formulado pela Comissão Organizadora da prova "48 do Alentejo", a Road 21 – Portugal Classic Association, e que deu entrada nos serviços em 25 de setembro de 2024, devo informar que a realização da prova obedece ao disposto no Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março, que regulamenta a utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.

O pedido de autorização para realização de provas desportivas de automóveis deve ser apresentado na câmara municipal do concelho onde as mesmas se realizem ou tenham o seu termo, no caso de abranger mais de um concelho. (vidé n.º 1 do art.º 3 do referido Decreto Regulamentar)

Porque surgiram dúvidas relativamente aos procedimento a adotar, designadamente, o pedido de parecer à GNR, cumpro-me informar que não há necessidade de tal formalismo uma vez que a prova não se realiza apenas na área do nosso concelho nem tem aqui o seu termo, sendo competência da Organização da prova promover o pedido de parecer às forças de segurança competentes.



Assim, deve a Câmara Municipal preocupar-se apenas com a emissão de parecer definido na alínea e) do n.º 2 do art.º 3.º do referido decreto regulamentar que diz concretamente:

"e) Parecer das entidades sob cuja jurisdição se encontram as vias a utilizar, caso não seja a câmara municipal onde o pedido é apresentado.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou informar que não há qualquer inconveniente na realização da prova, permitindo a utilização das vias/estradas que estão sob a sua jurisdição.

Candidaturas Atípicas. Processo 2999/2024. Ação social escolar	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Subunidade de Educação

Assunto: - Ação Social Escolar - Atribuição de auxílios económicos a estudantes - Refeições, materiais escolares e Transportes

Ano letivo 2024/2025

Candidaturas atípicas

Foram apresentados 6 pedidos para apoios para a aquisição de livros e/ou material escolar, refeições e transportes em epígrafe para alunos do ensino pré-escolar e Ensino Básico. De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para a Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (transferência de escola, doença, entre outros) para os alunos que requereram apoio em refeição e material escolar uma vez que pertencem a um agregado familiar integrado no 1.º ou 2.º escalão de rendimentos, determinado para efeitos de atribuição do abono de família. As necessidades de transporte escolar, não tem prazo definido e atendendo à sua tipologia, são asseguradas por viaturas e motoristas da autarquia, independentemente do escalão do Abono de Família.

Têm direito aos apoios em cantina, materiais e/ou livros escolares e transporte escolar os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar), II (1.º Ciclo) e III (transportes escolares), anexos a esta informação, que cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara.

Encargo financeiro:

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do natal, páscoa e verão para 2024/2025) tem um valor estimado de 1726.45€,



sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2024/2025 o valor estimado será de 457,71€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 150€. O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à “Papelaria Articor”, por meio de cheque ou outro meio de pagamento.

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, foi averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento em Tarefa T/2024/887, anexa a este Processo, bem como a ficha de cabimento.

Deverá o órgão executivo deliberar o seguinte;

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e pelo Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para a Educação Pré-escolar e do Ensino Básico, em matéria de Ação Social Escolar, no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos a estudantes e transportes, para ano letivo 2024/2025, aprovar os pedidos apresentados.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, e pelo Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos para a Educação Pré-escolar e do Ensino Básico, em matéria de Ação Social Escolar, no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos a estudantes e transportes, para ano letivo 2024/2025, deliberou aprovar os pedidos apresentados apesar de extemporâneos.

Aprovação da Minuta do contrato de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, para fazer face aos encargos com a Empreitada 2 do CRO (Centro de Recolha Oficial de Animais) de Cuba. Processo 3056/2024. Procedimento Genérico

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 2, Ausentes: 0

Factos e fundamentos legais:

1- Contratualização de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, para fazer face aos encargos com a Empreitada 2 do CRO (Centro de Recolha Oficial de Animais) de Cuba;

1.1 – Necessidade de aprovação das cláusulas contratuais do contrato de empréstimo por parte da Câmara Municipal;

1.2 – Uso de competência próprias para o efeito em conformidade com o art.º 7.º da Resolução n.º 3/2022-PG do Tribunal de Contas.



Resolução:

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou:

1.º - Ao abrigo do disposto do art.º 7.º da Resolução n.º 3/2022-PG do Tribunal de Contas, enquanto órgão autárquico executivo, aprovar as cláusulas contratuais da minuta do contrato de empréstimo, que ficarão anexas à presente ata;

2.º - Mandatar o seu presidente para a outorga do contrato de empréstimo previsto no ponto anterior.

Aprovação da Minuta do Contrato de Empréstimo de Longo Prazo – 20 anos no valor de 64.180,00€ para fazer face à contrapartida nacional de cinco projetos de qualificação de espaços urbanos a executar no concelho – 3 em Cuba, 1 em Faro do Alentejo e 1 em Vila Ruiva. Processo 3058/2024. Procedimento Genérico

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 2, Ausentes: 0

Factos e fundamentos legais:

1- Contratualização de Empréstimo de Longo Prazo – 20 anos no valor de 64.180,00€ para fazer face à contrapartida nacional de cinco projetos de qualificação de espaços urbanos a executar no concelho – 3 em Cuba, 1 em Faro do Alentejo e 1 em Vila Ruiva;

1.1 – Necessidade de aprovação das cláusulas contratuais do contrato de empréstimo por parte da Câmara Municipal;

1.2 – Uso de competência próprias para o efeito em conformidade com o art.º 7.º da Resolução n.º 3/2022-PG do Tribunal de Contas.

Resolução:

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou:

1.º - Ao abrigo do disposto do art.º 7.º da Resolução n.º 3/2022-PG do Tribunal de Contas, enquanto órgão autárquico executivo, aprovar as cláusulas contratuais da minuta do contrato de empréstimo, que ficarão anexas à presente ata;

2.º - Mandatar o seu presidente para a outorga do contrato de empréstimo previsto no ponto anterior.

Relatório da Auditoria do Turismo de Portugal efetuada ao Aldeamento turístico da Herdade do Gizo. Processo 3062/2024. Procedimento Genérico.

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 4, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 1



Factos e fundamentos legais:

1 – Herdade do Gizo – Aldeamento Turístico de 4 Estrelas;

1.1 – Impossibilidade legal da existência de Alojamentos Locais insertos em empreendimentos turísticos;

1.2 – Intenção do cancelamento do registo às doze frações que se encontram nessa situação;

1.3 – Suspensão da deliberação final sobre o assunto até ser conhecido o Relatório da Auditoria do Turismo de Portugal;

1.4 – Receção na autarquia do Relatório da Autoria por parte do Turismo de Portugal;

1.5 – Proposta de como agir em função do teor de relatório do TP rececionado.

Resolução:

A Câmara, por maioria, por impedimento do Sr. Presidente da Câmara, deliberou:

a) – Registar que a Câmara tomou conhecimento formal da vistoria do Turismo de Portugal efetuada ao Aldeamento turístico Herdade do Gizo e a mesma vai no sentido de indeferir a classificação de aldeamento turístico ao espaço, no entanto, não sem antes conceder aos proprietários a possibilidade de, em sede do direito de audiência dos interessados e no prazo de 60 dias úteis alegarem o que julgarem oportuno, não ficando de fora a possibilidade de proceder à correção as anomalias sinalizadas;

b) – Registar e disso dar conhecimento expresse a todos os titulares de frações no empreendimento que não é pelo facto de não existir Aldeamento turístico que os Alojamentos Locais passarão a estar legalizados, porquanto os mesmos dependerão sempre da existência prévia de um título de utilização, e a cassar-se o alvará em vigor, não existirá nada;

c) – Dar a saber que prevê-se o início do período de discussão pública do proposta de plano da Revisão do PDM no final de outubro de 2024, pelo que se entenderem em sede do direito de audiência dos interessados apresentarem uma proposta sólida e com enquadramento legal, a mesma será bem vinda e merecerá de quem de direito a melhor das atenções, não pode é limitar-se a reportar que o Aldeamento Turístico não é sustentável financeiramente, porque isso é algo que deveriam ter aferido antes de adquirir as frações.

d) – Mencionar que os proprietários estão no seu legítimo direito de não quererem o Aldeamento Turístico, embora estejam cientes que foi isso que compraram, e assim sendo equacionarem outra figura jurídica dentro dos empreendimentos turísticos que melhor lhes



aprouver, mas se isso decidirem, devem dar a conhecer àqueles que usam a fração para habitação própria que ficam impedidos de dispor de título de utilização, com as consequências que daí advirão;

e) – Existindo no espaço pessoas que pretendem colocar frações no comércio turístico, e outras que apenas pretendem fazer uso das frações para fins de habitação principal ou secundária, o Município de Cuba, exorta veementemente todos os titulares das frações, após ponderada e frutífera troca de impressões, a tudo fazerem para manter a validade do atual alvará, cujo teor permite aos proprietários regalias e benefícios que a legislação atual já não compreende, pelo que jogar fora tal mais valia será um erro crasso, cujas consequências apenas poderão ser assacadas a quem o cometer;

f) – Estando agendada uma Assembleia Geral de Proprietários, exortamos a que assimilem e interiorizem o VALOR do título de utilização que detém ainda ao abrigo da legislação em vigor em 1997, e tudo façam para o preservar, porquanto na legislação atual já não existe nenhum mecanismo que simultaneamente legitime 50% dos proprietários a fazer uso exclusivo da fração e os outros 50% que as possam colocar no mercado turístico, se esta é a realidade que existe no empreendimento, deixar cassar o alvará será um erro crasso de todos aqueles que pactuarem para que isso aconteça.

Bárbara Esparteiro. Processo 1350/2024. Vistoria a edifício

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Vem requerer a V. Exa., ao abrigo do art. 89º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, na sua redação atual, o qual aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, doravante designado por RJUE, a realização de vistoria, com vista à determinação de obras necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético, a: edifício sito em Rua 1º de Maio, 46 Cuba, freguesia de Cuba.

Descrição das situações a verificar: A casa encontra-se alugada ao inquilino que não concede a entrada e impede qualquer verificação.

O aspeto da casa é de degradação e solicita uma vistoria ao referido prédio, em termos do seu estado geral, interiores e exterior e atentar especial relevância ao teto do casão

Proponho que se notifique o proprietário para no prazo de 60 dias, dar cumprimento ao disposto no Auto de Vistoria.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar a proprietária para no prazo de 60 dias, dar cumprimento ao disposto no Auto de Vistoria.

Processo 3080/2024. Atribuição de Lugar de Estacionamento para Deficientes - Atualização de Deliberação



Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

1- Atribuição de lugar de estacionamento para pessoa com deficiência na Rua do Carmo, n.º 74, em Cuba;

1.1 – Processo n.º 2702/2024 deliberado na RC de 20 de setembro;

1.2 – Atualização da situação com a entrega de nova documentação após a deliberação.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade:

a) - Atentas as suas competências próprias em matéria de trânsito e atribuição de lugares de estacionamento cometidas pela alínea rr) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

b) – Atento o disposto no art.º 70.º n.º 3 do Código da Estrada no que concerne à possibilidade de serem reservados lugares ao estacionamento de veículos afetos ao transporte de pessoas com deficiência;

c) - Considerando que à data de 02 de outubro o requerente carreu para o processo toda a documentação para lhe ser deferida pretensão a título permanente, designadamente o atestado multiusos a que reporta o art.º 6.º n.º 2 do Dec. Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro, na sua redação atual, e que a pessoa a usufruir da condição especial reúne as premissas exigidas pela alínea a) do n.º 1 do art.º 4.º do mesmo normativo legal;

1.º - Determina a atribuição de um lugar de estacionamento para pessoa com deficiência com caráter de permanência na Rua do Carmo, em frente ao n.º de polícia 74, em Cuba, devendo os serviços operativos diligenciar para a medida ser operacionalizada no decurso do corrente mês.

Processo 3093/2024. Proposta de Alienação de Imóvel Social - Vitor Teixeira

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 3, Contra: 2, Abstenções: 0, Ausentes: 0

Factos e fundamentos legais:

1.º - Proposta de Aquisição de Habitação Municipal, sito no Largo Fialho de Almeida, n.º 33, em Cuba, arrendado a Irene Teixeira, por parte do seu filho que também habitou no imóvel, Vítor Teixeira.

11.º - No âmbito do princípio da elasticidade da propriedade, constituição de reserva de usufruto a Irene Teixeira a partir do momento da alienação.



Resolução:

Os Vereadores do PS entendem que para decidirem em consciência e na falta de mais elementos, deve ser feita uma avaliação ao imóvel atendendo a que o mesmo tem associado um valor patrimonial de 70 mil euros e não lhes parece razoável o valor aqui proposta para venda.

Mais acrescentam que o valor agora aqui proposto é inferior ao anteriormente apresentado.

O Sr. Presidente da Câmara atenta a questão da reserva de usufruto colocada nesta venda por exigência do município, que diminui substancialmente o valor comercial do imóvel, acrescido do valor que o município teria de despende para recuperar a habitação a que acresce a deterioração a que o mesmo está sujeito se não forem executadas obras de conservação que são consideradas urgentes, entende que não é plausível ser a câmara a assumir este compromisso nesta altura, com uma intervenção que ultrapassa em muito o valor aqui proposto, estimativa essa que ronda os 60 mil euros.

O Dr. Vitor Fialho, tendo tomado conhecimento do teor da deliberação, assume o compromisso de fazer chegar ao executivo antes da formalização do contrato de compra e venda relatório detalhado com as obras que são necessárias realizar e os respetivos custos, atentos os valores do mercado atuais.

A Câmara, por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS, deliberou:

- 1.º - Ao abrigo do art.º 33.º n.º 1 al. g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, excecionalmente e por a habitação necessitar de obras de conservação consideráveis, tratando-se de uma medida social, alienar ao Sr. Vitor Teixeira, o prédio urbano sito no Largo Fialho de Almeida, n.º 33, em Cuba, não pelo valor patrimonial, mas sim por 37.000€ (trinta e sete mil euros), aceitando assim a proposta apresentada;
- 2.º - Fazer depender a validade da presente deliberação da entrega por parte da arrendatária de declaração a prescindir do direito de preferência na alienação;
- 3.º - Determinar que no contrato de compra e venda deve ficar ressalvado a constituição de um direito de reserva de usufruto do imóvel a favor de Irene da Conceição Nogueira Vicente da Silva Teixeira, válido enquanto o mesmo for vivo, cessando com a sua morte sem possibilidade de transmitir esse direito a um terceiro;
- 4.º - Mandatar o Sr. Presidente da Câmara a outorgar o contrato previsto nas alíneas anteriores, que será elaborado pelos serviços jurídicos em documento particular, recorrendo-se posteriormente a solicitador habilitado para efetuar o registo na Conservatória Predial.

Processo 3094/2024. Proposta de cessação do arrendamento comercial da Loja 2, no Largo Colon

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade



Factos e fundamentos legais:

1- Contrato de Arrendamento Comercial da Loja 2, sito no Largo Cólón, em Cuba.

1.1 – Proposta de Cessação por acordo das partes.

Resolução:

A Câmara, se assim o entender, deverá deliberar:

1.º - Aprovar a cessação do contrato de arrendamento comercial existente entre o Município de Cuba - senhorio, e a Dr.ª Helena Leão - arrendatária, mediante acordo das partes, conforme consignado no art.º 1079.º do Código Civil;

2.º - Determinar que a cessação produzirá efeitos a 01 de outubro, sendo 30 de setembro o último dia de contrato;

3.º - Determinar que a ex-arrendatária deverá retirar do local arrendado todo e qualquer material da sua pertença até ao final da semana em curso, e deixar o espaço como o encontrou;

Processo 3095/2024. Proposta de abertura de concurso público para arrendamento comercial da loja 2, no Largo Cólón, em Cuba.

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

1 - Abertura de procedimento Concursal para Arrendamento da Loja 2, sito no Largo Cólón, em Cuba;

1.1 – Aprovação das regras do procedimento de concurso.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - A abertura de concurso público para atribuição do direito ao arrendamento comercial da Loja 2 sita na Rua Serpa Pinto, 43 em Cuba, e aprove o respetivo programa de concurso e caderno de encargos, anexos;

2.º Fixar para a renda mensal, o valor de € 350,00, considerando que se trata de paredes nuas, sem que haja lugar à cobrança de IVA.

3.º - Que o Júri de acompanhamento do procedimento, seja constituído pelos seguintes elementos:

. Presidente: - Filipe Domingos Candeias Chora, Vice-Presidente da Câmara;

. Vogais efetivos: - Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DAODS e Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da DAFC; . Vogais suplentes: - André Albino Linhas Roxas,



Chefe da UAU e Vitor Miguel Dorés Guerreiro Costa Raminhos, Técnico Superior do GADEP. O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo vogal Vitor Manuel Parreira Fialho.

D) Período de intervenção e esclarecimento ao público

Sem assuntos

Aprovação da ata:

Em conformidade com o art.º 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11:15.

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

